

Matrinchã
Transmissora de
Energia (TP Norte)
S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de março de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Diretores da
Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. ("Companhia") em 31 de março de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas selecionadas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1).



Ênfase

Conforme descrito nas notas explicativas 6.a e 9, em relação a classificação do ativo financeiro de transmissão nos montantes de R\$ 163.329 mil (R\$ 153.155 mil em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 2.389.973 mil (R\$ 2.369.670 mil em 31 de dezembro de 2017), respectivamente no ativo circulante e não circulante, a Companhia em avaliação inicial optou por manter o valor do principal ativo que é o contas a receber do ativo financeiro, parcela que será retornada através da RAP, mensurado ao custo amortizado e a parcela do valor residual mensurada ao valor justo, em função da adoção do pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros. A Companhia aguarda uma definição dos órgãos reguladores sobre o assunto para que possa mensurar eventuais impactos sobre suas demonstrações financeiras, caso sua interpretação inicial de mensuração desses ativos pelo custo amortizado não seja entendida como apropriada. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Chamamos a atenção para o fato que não revisamos as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e qualquer nota explicativa relacionada relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2017, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do período corrente e, conseqüentemente, não emitimos uma conclusão sobre elas.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	122.806	116.256
Contas a receber	8	19.676	16.109
Impostos a recuperar		4.596	5.534
Ativo financeiro	9	163.329	153.155
Outros ativos		6.560	6.277
Total do ativo circulante		316.967	297.331
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	10	46.166	47.123
Ativo financeiro	9	2.389.973	2.369.670
Imobilizado		23	26
Intangível		15	15
Total do ativo não circulante		2.436.177	2.416.834
Total do ativo		2.753.144	2.714.165
Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	10.857	10.180
Empréstimos e financiamentos	12	53.032	48.686
Salários e encargos		574	345
Impostos e contribuições sociais		6.650	4.988
Dividendos	16.c	75.183	75.183
Outros passivos		13.186	1.130
Total do passivo circulante		159.482	140.512
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	502.402	519.111
Debêntures	13	198.800	193.088
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	168.280	155.701
Total do passivo não circulante		869.482	867.900
Patrimônio líquido			
Capital social	16.a	1.508.073	1.508.073
Reserva legal	16.b	12.816	12.816
Reserva de lucros retidos		40.495	40.495
Dividendos adicionais propostos	16.c	144.369	144.369
Lucro do período		18.427	-
Total do passivo e do Patrimônio líquido		2.753.144	2.714.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2018	31/03/2017 Não revisado
Receita operacional líquida	17	74.568	62.311
Custo de construção	18	(5.707)	(7.782)
Indisponibilidade de equipamentos		-	(4.101)
Perdas pelo valor de indenização		-	6
Despesas de operação e manutenção - O&M		<u>(16.034)</u>	<u>(2.431)</u>
Lucro bruto		<u>52.827</u>	<u>48.003</u>
Despesas operacionais			
Pessoal		(984)	(742)
Serviços de terceiros		(910)	(1.259)
Outros		<u>(923)</u>	<u>(110)</u>
Total		<u>(2.817)</u>	<u>(2.110)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		<u>50.010</u>	<u>45.892</u>
Receitas financeiras	19	2.458	4.530
Despesas financeiras	19	<u>(17.111)</u>	<u>(21.414)</u>
		<u>(14.653)</u>	<u>(16.884)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		35.357	29.008
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	14	<u>(16.930)</u>	<u>(16.923)</u>
Lucro líquido do período		<u><u>18.427</u></u>	<u><u>12.085</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017 Não revisado
Lucro líquido do período	18.427 0	12.085
Total de resultado abrangente do período	<u>18.427</u>	<u>12.085</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.508.073	6.961	40.495	-	60.940	1.616.469
Lucro do período	-	-	-	12.085	-	12.085
Saldos em 31 de março de 2017 (Não revisado)	1.508.073	6.961	40.495	12.085	60.940	1.628.554
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.508.073	12.816	40.495	-	144.369	1.705.753
Lucro do período	-	-	-	18.427	-	18.427
Saldos em 31 de março de 2018	1.508.073	12.816	40.495	18.427	144.369	1.724.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	31/03/2018	31/03/2017 Não revisado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social	35.357	29.008
Ajuste para:		
Remuneração do ativo financeiro	(24.771)	(10.890)
Depreciação	3	11
Despesas de juros de empréstimos e debêntures e custos	16.999	18.375
Aumento/redução nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(3.567)	(878)
Impostos a recuperar	938	748
Ativo financeiro	-	-
Outros ativos	(282)	(160)
Fornecedores	675	(133)
Salários e encargos	229	147
Impostos e contribuições sociais	(2.687)	(226)
Outros passivos	12.057	(931)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	34.951	35.074
Pagamento de juros - empréstimos	(10.389)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	24.562	35.074
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ativo financeiro	(5.707)	(7.781)
Títulos e valores mobiliários	957	878
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.750)	(6.903)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de principal - Empréstimos	(13.262)	(29.571)
Pagamento de Debêntures	-	5.208
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(13.262)	(24.363)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	6.550	3.808
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	116.256	118.196
Caixa e equivalentes de caixa	122.806	122.004

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

a. Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 KM de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10/05/2012, para a construção das linhas de transmissão Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho e construção das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga.

O Contrato de Concessão dispõe que o início da operação comercial deveria ocorrer em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10/01/2015. Entretanto, devido a fatos alheios à vontade da Companhia, extraordinários e imprevisíveis, caracterizados na forma da Cláusula Quinta, Subcláusulas Terceira a Sexta, do Contrato de Concessão e legislação aplicável, alguns marcos intermediários do cronograma não foram alcançados na data prevista no Contrato de Concessão.

Em outubro de 2015 as obras do ramal que liga os trechos desde a subestação de Claudia até a subestação de Sinop, foram concluídas permitindo o escoamento de parte da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires através dos trechos desde a subestação de Paranaíta até a subestação de Claudia e até a subestação de Sinop.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258, estabeleceu a RAP total “Leilão + Autorização” em R\$ 174.208 para o período de 1 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018 (R\$ 189.448 para o período de 1 de julho de 2016 a 30 de junho de 2017), neste ciclo, conforme estabelecido pela Nota Técnica nº 171/2017-SGT/ANEEL, foi realizada a revisão da RAP “revisão tarifária”, e seus percentuais de ajuste definidos através da Resolução Homologatória nº 2.257.

Em 23 de janeiro de 2018, a Cia. recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 08 de dezembro de 2017, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

c. Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação, expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), do Governo do Estado de Mato Grosso, em 29 de julho de 2016, sob número 313167/2016, emitida sem ressalvas, válida até 28 de julho de 2019. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

2 Base de preparação e elaboração

As demonstrações financeiras intermediárias para o primeiro trimestre de 2018 foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 21 - Demonstrações Intermediárias, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Essas demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a indicação das alterações relevantes ocorridas no período e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Estão mantidas as mesmas práticas contábeis, salvo pelas novas políticas contábeis, estimativas e julgamentos relacionados à adoção da CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros e CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, que estão descritas no item b desta nota.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 10 de maio de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Ativo financeiro e remuneração do ativo financeiro

A Companhia mensura o Ativo Financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a taxa de remuneração do Ativo Financeiro é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por meio de avaliações financeiras. A taxa de remuneração do Ativo Financeiro é estimada por concessão e utilizada para remunerar o Ativo Financeiro do referido Contrato de Concessão.

O saldo do Ativo Financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF - Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro referente ao Contrato de Concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

b. Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

c. Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada do Ativo Financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.

d. Margem, receita e custo de construção

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras margem zero de lucro sobre os valores registrados a título de receita de construção da infraestrutura de transmissão. A construção é efetuada por terceiros, tendo em vista a condição principal de uma concessionária de transmissão.

e. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 21 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

f. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 14.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos.

6 Novas normas e interpretações efetivas a partir de 01 de janeiro de 2018

Uma série de novas normas passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou de forma antecipada essas alterações na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2017.

a. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A Companhia analisou este pronunciamento e optou por manter o valor do principal ativo que é o contas a receber do Ativo Financeiro avaliado ao custo amortizado, a parcela que será retornada através da RAP e a parcela do valor residual ao Valor Justo, contudo a Companhia aguarda uma definição final dos órgãos regulatórios do setor de energia elétrica e contábil.

b. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)

A Companhia passou a adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia aplicou os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

A Companhia passou a utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são concluídos no início do período mais antigo apresentado, não foram reapresentados.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e Bancos conta movimento	10.848	8.015
Aplicação financeira - CDB Banco Santander	76.781	76.389
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	-	-
Aplicação financeira - CDB Banco Itaú	34	21
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	35.143	31.831
	<u>122.806</u>	<u>116.256</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8 Contas a receber de clientes

	31/03/2018	31/12/2017
Vencidos acima de 100 dias	1.144	948
Vencidos de 51 a 100 dias	13	3
Vencidos até 50 dias	180	128
A vencer	18.339	15.030
	<u>19.676</u>	<u>16.109</u>

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

9 Ativo financeiro

	31/12/2017	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	31/03/2018
Ativo financeiro	<u>2.522.825</u>	<u>5.707</u>	<u>47.600</u>	<u>(22.830)</u>	<u>2.553.302</u>
Circulante	153.155	-	-	-	163.329
Não circulante	2.369.670	-	-	-	2.389.973

	31/12/2016	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2017
Ativo financeiro	2.391.507	38.463	220.739	(127.884)	2.522.825
Circulante	130.451	-	-	-	153.155
Não circulante	2.261.056	-	-	-	2.369.670

10 Títulos e valores mobiliários

O saldo representa o valor acumulado na conta reserva, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O mecanismo de preenchimento desta conta reserva segue estritamente as condições previstas no contrato de financiamento e a totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

11 Fornecedores

	31/03/2018	31/12/2017
Itumbiara transmissora de energia S.A.	848	-
China Epri Science & Technology CO.	2.255	2.255
Sistema Pri Engenharia Ltda.	50	50
Nari Group Coporation	948	949
Phelps Dodge International Brasil Ltda.	2.341	2.341
Nexans Brasil S.A.	649	649
Brametal S.A.	2.823	2.823
Outros	943	1.113
	10.857	10.180

Os valores referem-se a fornecimento de serviços e equipamentos.

12 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2017	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	31/03/2018
BNDES Subcrédito A	526.242	10.924	(10.036)	(11.509)	515.621
BNDES Subcrédito B	41.555	363	(352)	(1.753)	39.813
	567.797	11.287	(10.388)	(13.262)	555.434
	31/12/2016	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	31/12/2017
BNDES Subcrédito A	566.217	48.428	(42.692)	(45.711)	526.242
BNDES Subcrédito B	48.578	1.572	(1.582)	(7.013)	41.555
	614.795	50.000	(44.274)	(52.724)	567.797

	31/03/2018	31/12/2017
Passivo circulante	53.032	48.686
Passivo não circulante	502.402	519.111
	555.434	567.797

Em 27 de dezembro de 2013, foi assinado o contrato de financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 691.440. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos:

Subcrédito ‘A’ - R\$ 614.165, com juros de 1,97% a.a. limitado a 6% da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil, a título de remuneração. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financiáveis necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2029. Deste subcrédito, já foi desembolsado o total de R\$ 598.573.

Subcrédito ‘B’ - R\$ 73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito é destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários para a implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de novembro de 2023. Deste subcrédito já foi desembolsado o total de R\$ 58.133.

Subcrédito ‘C’ - R\$ 3.440, com TJLP, limitada à 6% a.a.. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas a partir do seu desembolso.

Como garantia do financiamento, a empresa assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão.

Em 31 de março de 2018, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
BNDES Subcrédito A	34.677	46.236	46.236	46.236	296.248	469.633
BNDES Subcrédito B	5.266	7.022	7.022	7.022	6.437	32.769
	39.943	53.258	53.258	53.258	302.685	502.402

Em 31 de dezembro de 2017, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2019	2020	2021	2022	Após 2022	Total
BNDES Subcrédito A	46.094	46.094	46.094	46.094	299.620	483.996
BNDES Subcrédito B	7.023	7.023	7.023	7.023	7.023	35.115
	53.117	53.117	53.117	53.117	306.643	519.111

13 Debêntures

	31/12/2017	Custo de Transação	Juros Apropriados	31/03/2018
Debêntures	<u>193.088</u>	<u>-</u>	<u>5.712</u>	<u>198.800</u>
	<u>193.088</u>	<u>-</u>	<u>5.712</u>	<u>198.800</u>
	31/12/2016	Custo de Transação	Juros Apropriados	31/12/2017
Debêntures	<u>185.539</u>	<u>(11.872)</u>	<u>19.421</u>	<u>193.088</u>
	<u>185.539</u>	<u>(11.872)</u>	<u>19.421</u>	<u>193.088</u>

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431)
- Código do ativo registrado na CETIP: TPNO12
- Rating da emissão: AA+ (Fitch Ratings)
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão
- Data de emissão: 15/05/2016
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019
- Data de vencimento: 15/06/2029
- Quantidades de debêntures emitidas: 180.000
- Tipo de Remuneração: IPCA
- Taxa de Juros/Spread: 7,58% a.a.
- Garantias compartilhadas com o BNDES

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social apurados respectivamente com base no Prejuízo fiscal e Base Negativa. Foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos acumulados.

Passivo	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de renda diferido	167.484	159.612
Contribuição social diferida	59.740	56.896
	<u>227.224</u>	<u>216.508</u>
Ativo		
Imposto de renda diferido	(44.113)	(45.482)
Contribuição social diferida	(14.831)	(15.325)
	<u>(58.944)</u>	<u>(60.807)</u>
	<u>168.280</u>	<u>155.701</u>

O reflexo no resultado está demonstrado como segue:

	31/03/2018	31/03/2017 Não revisado
Imposto de renda corrente	(4.567)	-
Imposto de renda diferido passivo	(7.872)	(2.245)
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	-	(10.981)
	<u>(12.439)</u>	<u>(13.226)</u>
Contribuição social corrente	(1.646)	-
Contribuição social diferido passivo	(2.845)	(808)
Contribuição social diferido sobre base negativa	-	(2.889)
	<u>(4.491)</u>	<u>(3.697)</u>
	<u>(16.930)</u>	<u>(16.923)</u>

15 Passivo contingente

Durante o exercício de 2015 a Companhia realizou adiantamentos que totalizaram R\$32.423 para a Mavi Engenharia e Construções Ltda. (“Mavi”), conforme contrato de Construção firmado à época. Não decorrer da construção da linha de transmissão, a Mavi não executou a integralidade dos trabalhos, conforme estabelecido no escopo do contrato firmado e, com a alegação de desequilíbrio econômico financeiro, abandonou a obra. Em decorrência deste abandono e, tendo em vista que as medições de serviços não foram aprovadas (uma vez que os serviços não foram finalizados), a Companhia não efetuou os pagamentos. No exercício de 2016, a Mavi instaurou requerimento de arbitragem contra a Companhia, no qual pleiteia o valor aproximado de R\$ 113.000, que seriam necessários para o reequilíbrio do contrato.

Após esse pedido pela Mavi, a Companhia realizou estudos técnicos e financeiros, com o objetivo de verificar se o valor requerido pela Mavi era procedente, considerando o que já havia sido adiantado em comparação à construção realizada à época. Após esse estudo, a Companhia apurou que a Mavi deveria ressarcir a Companhia no valor total de R\$ 43.000.

Durante o exercício de 2017, as Partes apresentaram suas defesas e foi realizada apresentação do caso pelas Partes envolvidas à Câmara Arbitral. Não houve alteração significativa no andamento do processo.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$1.508.073, dividido em 1.508.073.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/03/2018 e 31/12/2017
State Grid Brazil Holding S.A.	769.117
COPEL Geração e Transmissão S.A.	<u>738.956</u>
	<u>1.508.073</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril de 2018, os acionistas aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e a manutenção dos dividendos mínimos obrigatórios e dos dividendos adicionais propostos para futuros pagamentos conforme determinação dos acionistas.

17 Receita operacional líquida

	31/03/2018	31/03/2017 Não revisado
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita de Construção	5.707	7.782
Remuneração dos ativos de concessão	47.600	43.323
Receita de Operação e Manutenção	27.203	16.285
	<u>80.510</u>	<u>67.390</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(425)	(395)
Reserva global de reversão - RGR	(614)	(323)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(265)	(43)
Pis	(827)	(764)
Cofins	(3.811)	(3.554)
	<u>74.568</u>	<u>62.311</u>

18 Custo de construção

	31/03/2018	31/03/2017 Não revisado
Edificações e obras civis	(2.011)	(2.578)
Compartilhamento de custos	-	(650)
Máquinas e equipamentos	(3.696)	(1.193)
Pessoal e encargos operacionais	-	(590)
Serviços de terceiros	-	(1.196)
Seguros	-	(962)
Adiantamentos a fornecedores	-	(271)
Outros	-	(342)
	<u>(5.707)</u>	<u>(7.782)</u>

19 Receitas (despesas) financeiras

	31/03/2018	31/03/2017 Não revisado
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	2.430	4.715
Variações monetárias ativas	91	35
Outras receitas financeiras	57	-
Pis sobre receitas financeiras	(17)	(31)
Cofins sobre receitas financeiras	(103)	(189)
	<u>2.458</u>	<u>4.530</u>
Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(18)	(28)
Juros e multas	(17)	(15)
Juros sobre empréstimo	(16.999)	(18.375)
Outras despesas financeiras	(77)	(2.996)
	<u>(14.653)</u>	<u>(16.884)</u>

20 Transações com partes relacionadas

20.1 Remuneração de Administradores

Em 31 de março de 2017 a remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$ 422 (R\$ 1.707 em 31 de março de 2017).

20.2 Operações comerciais

	Natureza contábil	Natureza da operação	31/03/2018	31/12/2017
Passivo				
Itumbiara Transmissora De Energia S.A.	Fornecedores	Despesas de O&M	848	-
State Grid Brasil Holding - Aluguel	Fornecedores	Aluguel	-	-
			<u>-</u>	<u>-</u>
			<u>-</u>	<u>-</u>
	Natureza contábil	Natureza da operação	31/03/2018	31/03/2017 Não revisado
Resultado				
State Grid Brasil Holding- Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	413	303
Itumbiara Transmissora De Energia S.A.	Custo operacional	Despesas de O&M	12.949	23.277
			<u>13.362</u>	<u>23.580</u>

21 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco e de capital exercidos pela Companhia.

21.1 Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito.
- b. Risco de mercado.
- c. Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	122.806	116.256
Contas a receber	19.676	16.109
Títulos e valores mobiliários	46.166	47.123
Ativo financeiro	<u>2.544.070</u>	<u>2.522.825</u>
	<u>2.732.718</u>	<u>2.702.313</u>

- **Títulos e valores mobiliários:** Representado pelas aplicações financeiras de primeira linha, em fundos rastreados por títulos públicos o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- **Contas a receber - Ativo financeiro:** A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém os mesmos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia é:

Instrumentos financeiros por indexador	31/03/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)		
CDB-DI	111.924	108.220
Fundo de Renda Fixa Soberano Simples - Itaú	33	21

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	111.957	Queda da taxa CDI	6.135	4.601	3.067
Referência para ativos financeiros		Cenário provável		-25%	-50%
			5,48%	4,11%	2,74%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando CDI médio estimado de 5,48% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Passivos Financeiros					
BNDES	567.797	Alta da taxa TJLP	47.354	59.221	71.031
Debêntures	193.088	Alta do IPCA	7.627	9.539	11.450
Referência para passivos financeiros:		Cenário provável		25%	50%
TJLP (%)			6,75%	8,4375%	10,095%
IPCA (%)			3,94%	4,94%	5,93%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando TJLP estimado de 6,75%, de acordo com a expectativa do mercado.

Considerando o IPCA estimado de 3,94% de acordo com Boletim Focus do Banco Central, para a remuneração de debêntures.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

c. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.
- Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.
- Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.
- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

21.2 Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber - Ativo financeiro	Custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.
- **Títulos e Valores Mobiliários** - aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- **Ativo financeiro** - o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. A administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.

- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de março de 2018, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Importância segurada	Apólice
	Início	Fim		
Resp Civil de Administradores e Diretores (D&O)	12/04/2018	12/04/2019	R\$ 20.000	100.10.00001306
Garantia de Performance /Fiel Cumprimento do contrato de Concessão	31/03/2018	31/03/2019	R\$ 90.000	024612015000107750008718 519.61000259
Riscos Operacionais	12/02/2018	12/02/2019	R\$ 150.000	
Responsabilidade Civil	28/01/2018	28/01/2019	R\$ 10.000	1005100022653